

# Retrato de Lisboa

Infografias 2018

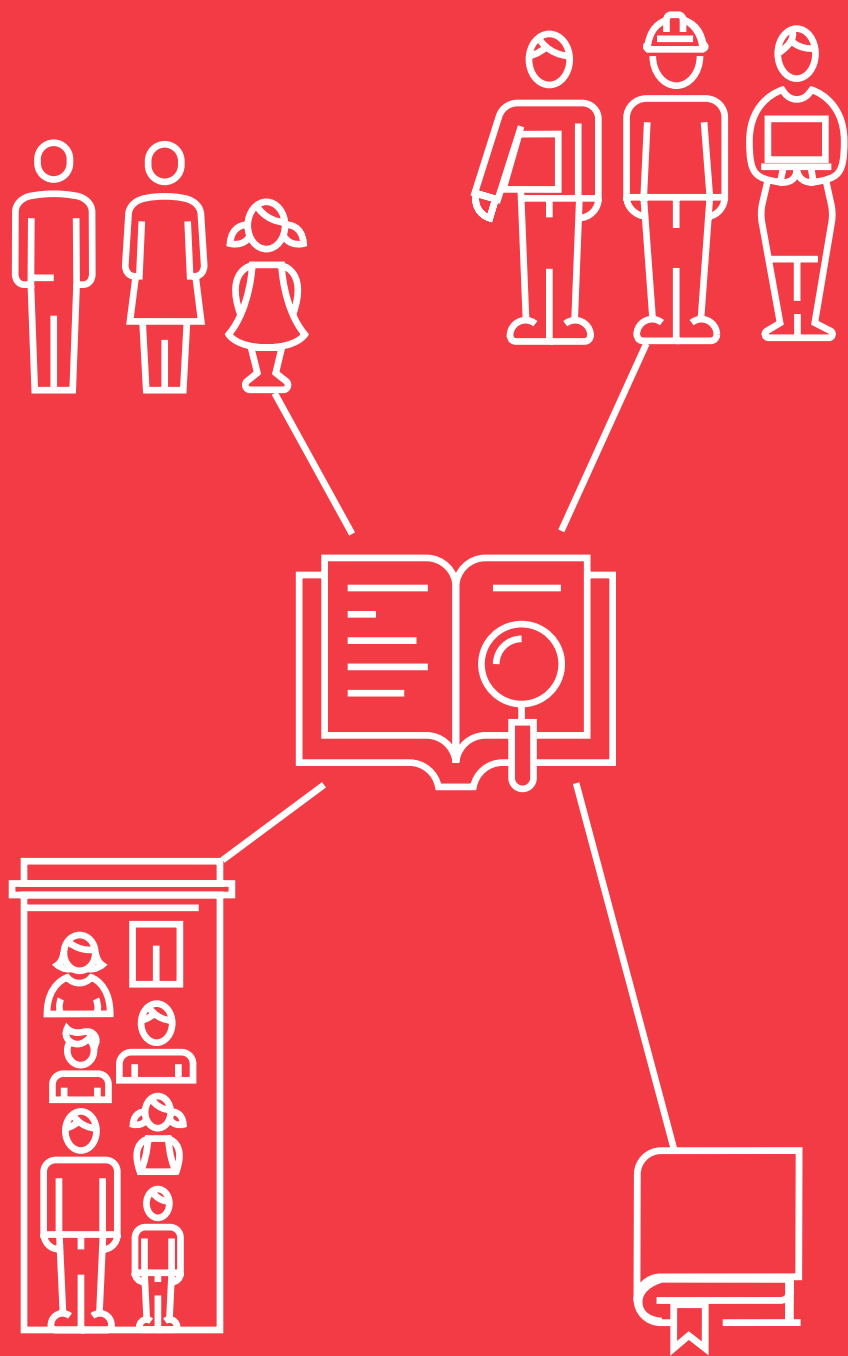




## Índice

Nota introdutória

- 1.** Demografia
- 2.** (Des)Emprego
- 3.** Habitação
- 4.** Educação



# Retrato de Lisboa

Infografias 2018

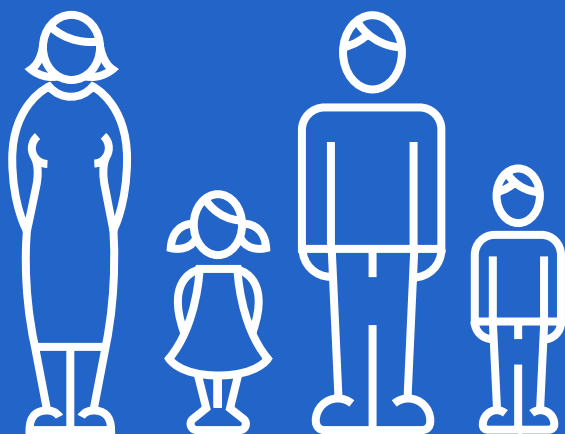
A elaboração e divulgação de infografias relativas a indicadores sociais pretende efectuar um Retrato de Lisboa contribuindo, assim, para o aprofundamento do conhecimento da cidade de modo longitudinal e multidimensional, servindo como um instrumento de reflexão que permita conduzir a uma acção adequada.

Esta publicação que agora se apresenta sistematiza as quatro infografias produzidas em 2018, onde se analisam variáveis quantitativas relativas a dimensões como Demografia, (De) Emprego, Habitação e Educação.

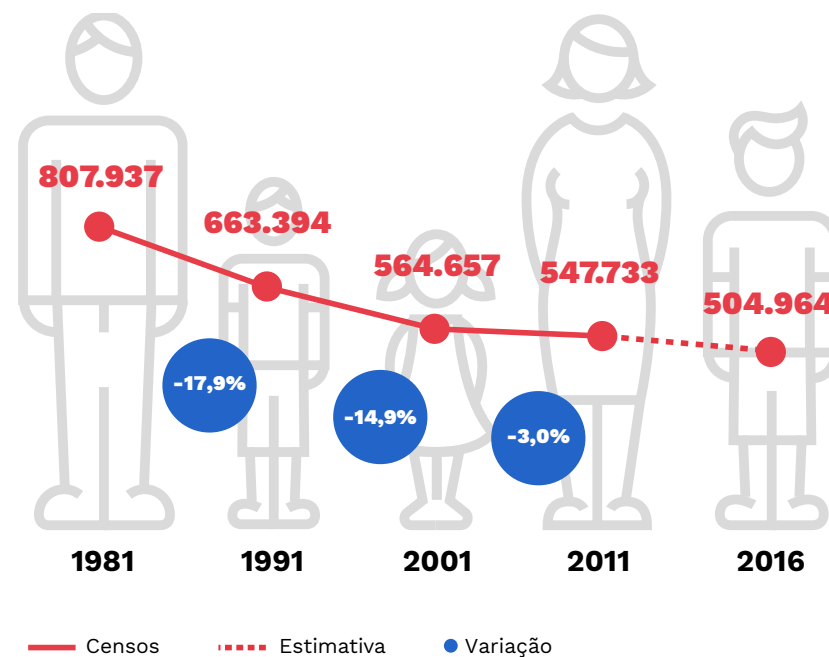
## Demografia

A perda populacional da cidade de Lisboa desacelerou progressivamente no século XXI, registando, simultaneamente, ligeiros sinais de rejuvenescimento e um aumento do peso da população com menos de 15 anos: pela primeira vez em 30 anos o número de crianças e jovens com menos de 15 anos aumenta (8%) e o número de idosos diminui (2%), todavia, Lisboa continua a ser uma cidade envelhecida existindo 186 pessoas com 65+ anos para cada 100 jovens.

Os activos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, entre 2001 e 2011, registaram, ainda que menor face às décadas anteriores, uma diminuição de 25% e a população entre os 25 e os 64 anos, um decréscimo de 2%.

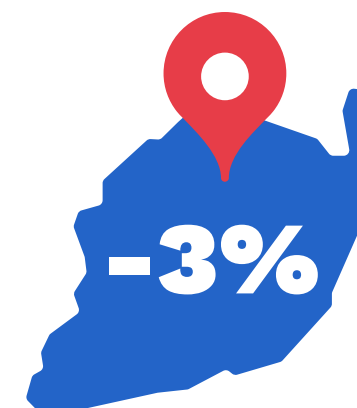


## A população de Lisboa entre 1981 e 2011

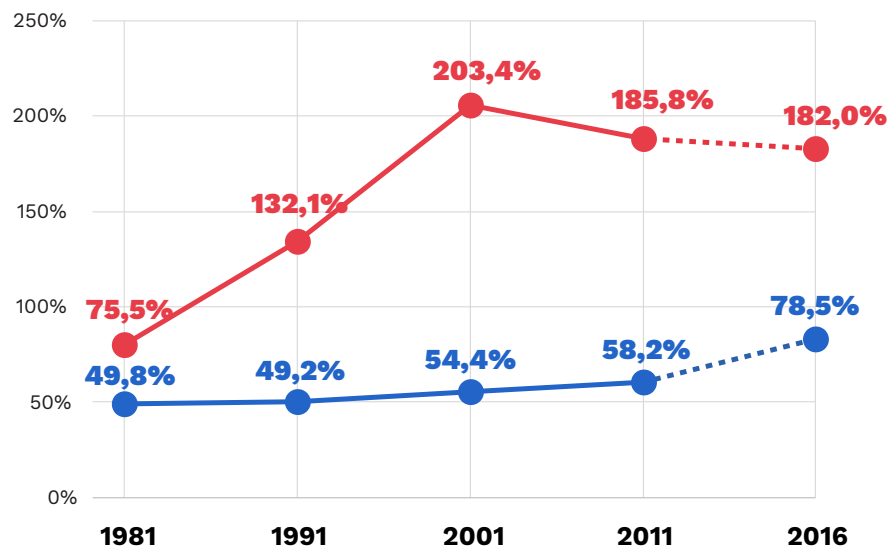


### Nº População residente

Entre 2001 e 2011 Lisboa teve a menor perda de população residente das últimas 3 décadas.



## Retrato de Lisboa

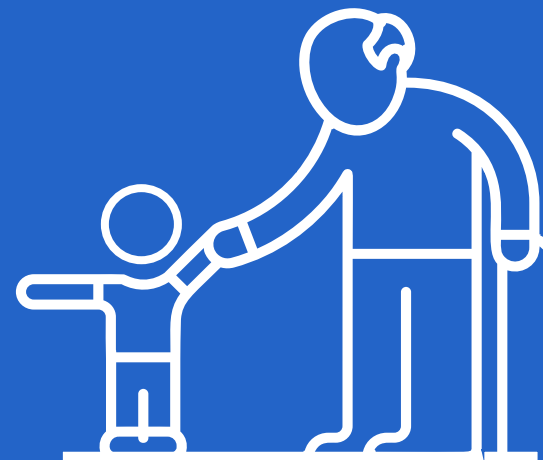


**O peso da população dependente, jovens até aos 14 anos e idosos com mais de 65 anos, tem vindo a aumentar desde 1981 face à população em idade activa (15-64 anos).** Em 1981 havia 50 jovens e adultos para cada 100 pessoas em idade activa, aumentando esta proporção gradualmente até 2011, resultado da diminuição de população entre os 15 e os 64 anos.

**Sinais de rejuvenescimento:** o número de idosos por cada 100 jovens diminuiu de 203, em 2001, para 186, em 2011.

Tendo em conta o ritmo acelerado das dinâmicas sociais vividas nos últimos anos, qual o retrato demográfico esperado para a cidade de Lisboa em 2021?

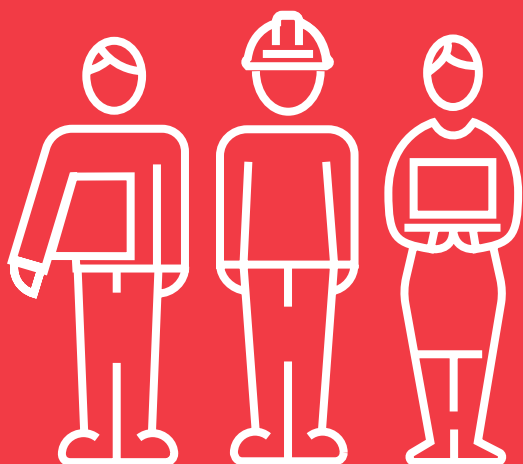
- Lisboa vai conseguir reter e/ou atrair população como se verificou na última década? E qual o seu perfil?
- Ou, pelo contrário, irá voltar à tendência dos anos 80 e 90 onde a perda de residentes foi muito significativa?



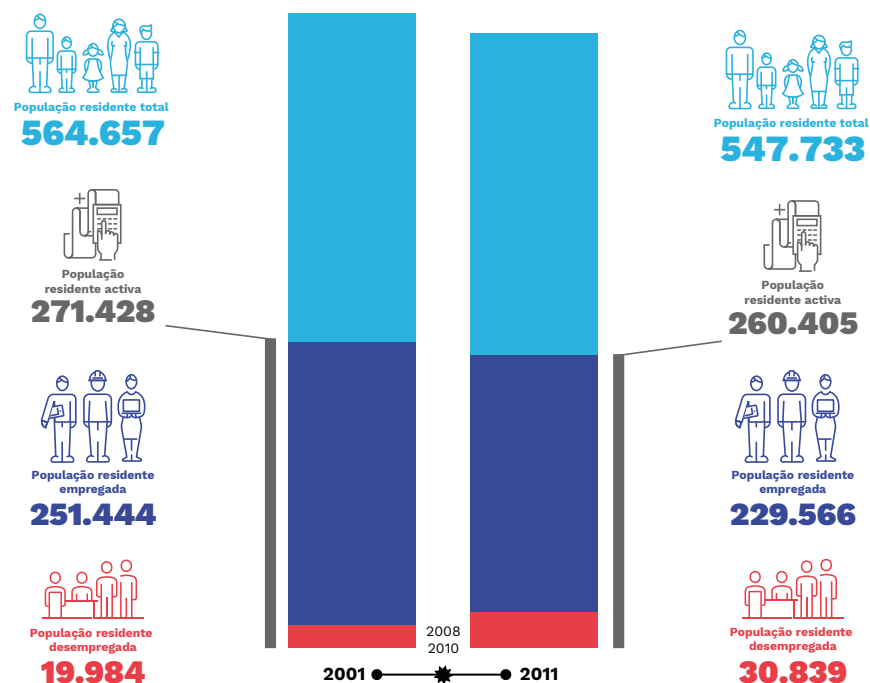
## (Des)Emprego

O impacto da crise económico-financeira mundial, cujo marco histórico é 2008, no mercado de trabalho no concelho de Lisboa, é visível no aumento exponencial do número de pessoas desempregadas inscritas nos Centros de Emprego e no crescimento dos processos de despedimentos colectivos, com impacto nos indicadores de prestações sociais, como as Prestações de Desemprego e Rendimento Social de Inserção.

A partir de 2015 verificou-se uma tendência de recuperação, que para a maioria dos indicadores ainda não alcançou os valores de 2008, indo ao encontro da tendência nacional de retoma económica.



## A população de Lisboa entre 1981 e 2011



### \* Marcos históricos

**2008** Crise económico financeira mundial  
**2010** Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC 1, PEC 2 e PEC 3) que contemplaram medidas de reajuste no orçamento público

População residente desempregada 2001 e 2011



↑  
54,3%

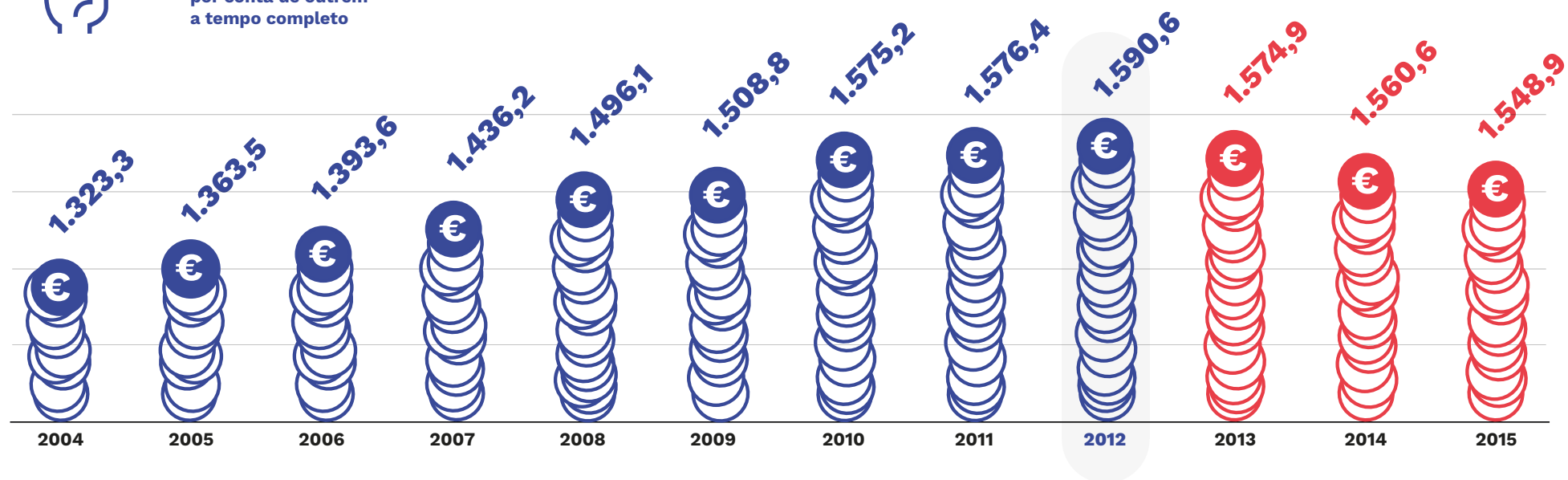
**Entre 2001 e 2011**, a população residente no concelho de Lisboa empregada diminuiu 8,7% e, em contrapartida, **a população desempregada aumentou 54,3%**, de 19.984 para 30.839 pessoas.

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 2001 e 2011; Cálculos OLCPL

**Qual é a remuneração média mensal?**



Remuneração média mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo



**O aumento gradual da remuneração média mensal registada entre 2004 e 2012 inverteu-se em 2013, diminuindo gradualmente nos anos seguintes, até atingir em 2015 (1.548,9€) valores inferiores a 2010 (1.575,2€).**

Fonte: MTSSS/GEP - Quadros de pessoal, in INE

## Os despedimentos colectivos

Nº de empresas com processos de despedimento colectivo concluídos



Em média, desde 2008, foram despedidos por ano 1.713 trabalhadores no concelho de Lisboa, resultado de processos de despedimento colectivo accionados por um total de 1.565 empresas.

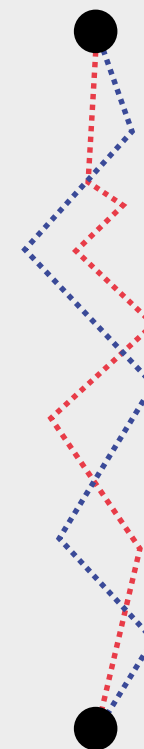
Fonte: DGERT, Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho; Cálculos OLCPL

Nº de trabalhadores despedidos em consequência de processos de despedimento colectivo



Período

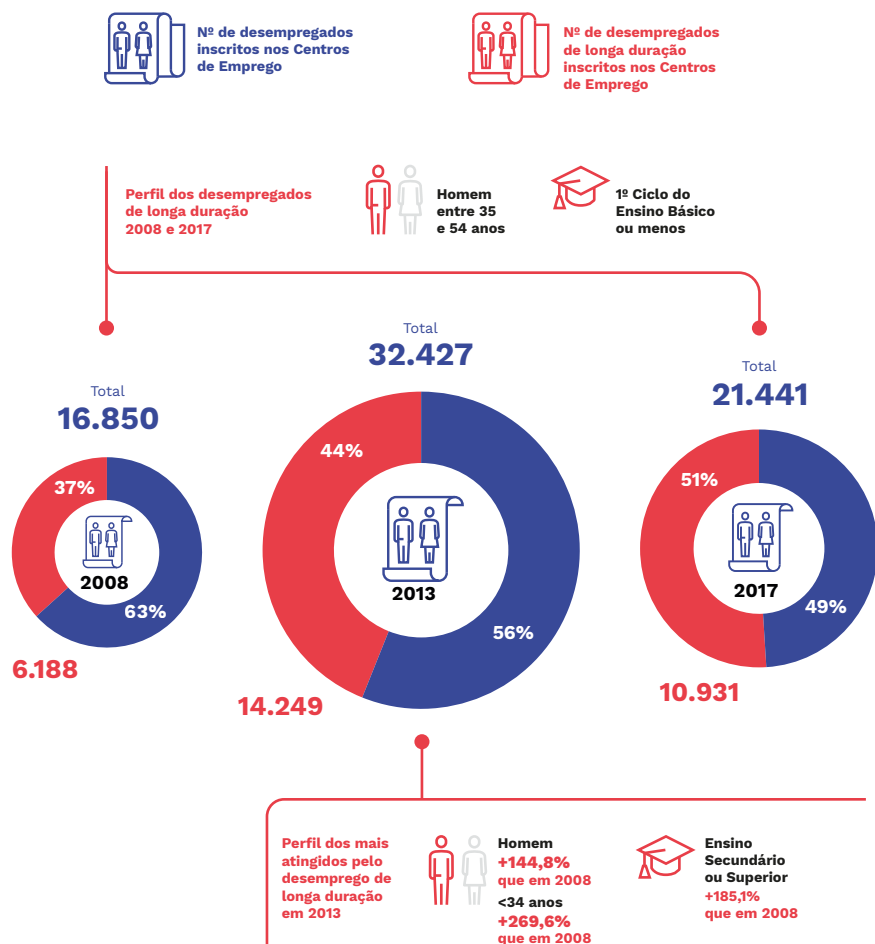
2008



2017

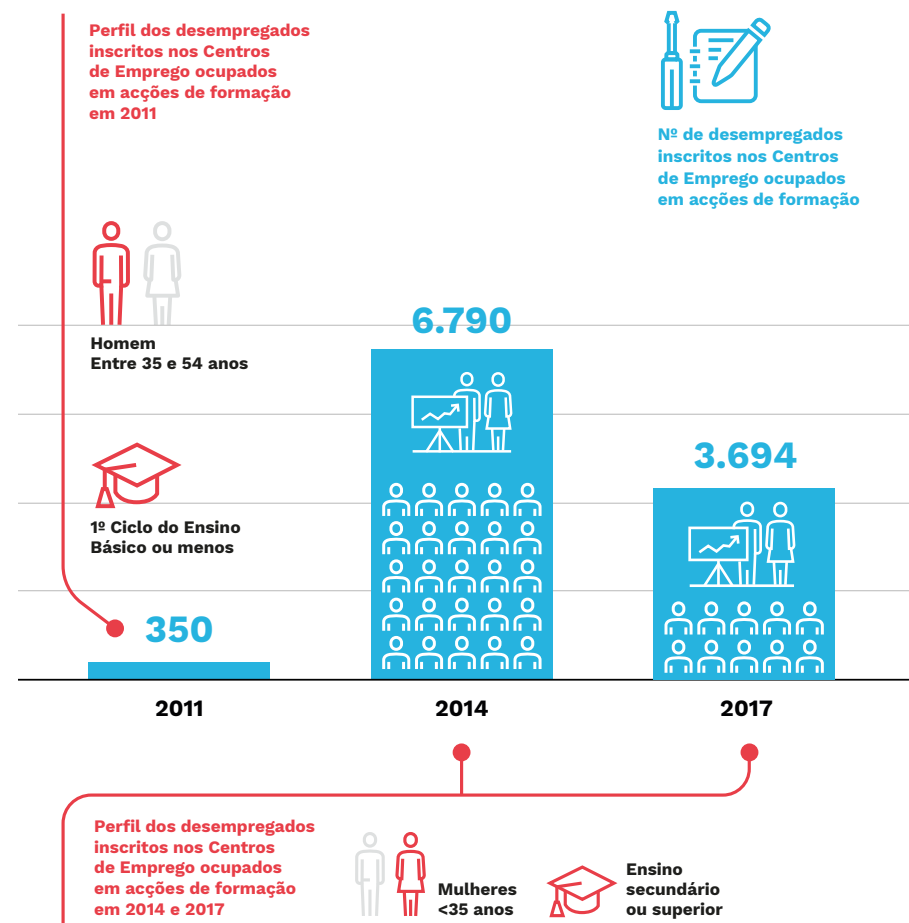


## Os lisboetas desempregados inscritos nos Centros de Emprego



Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional; Cálculos OLCPL

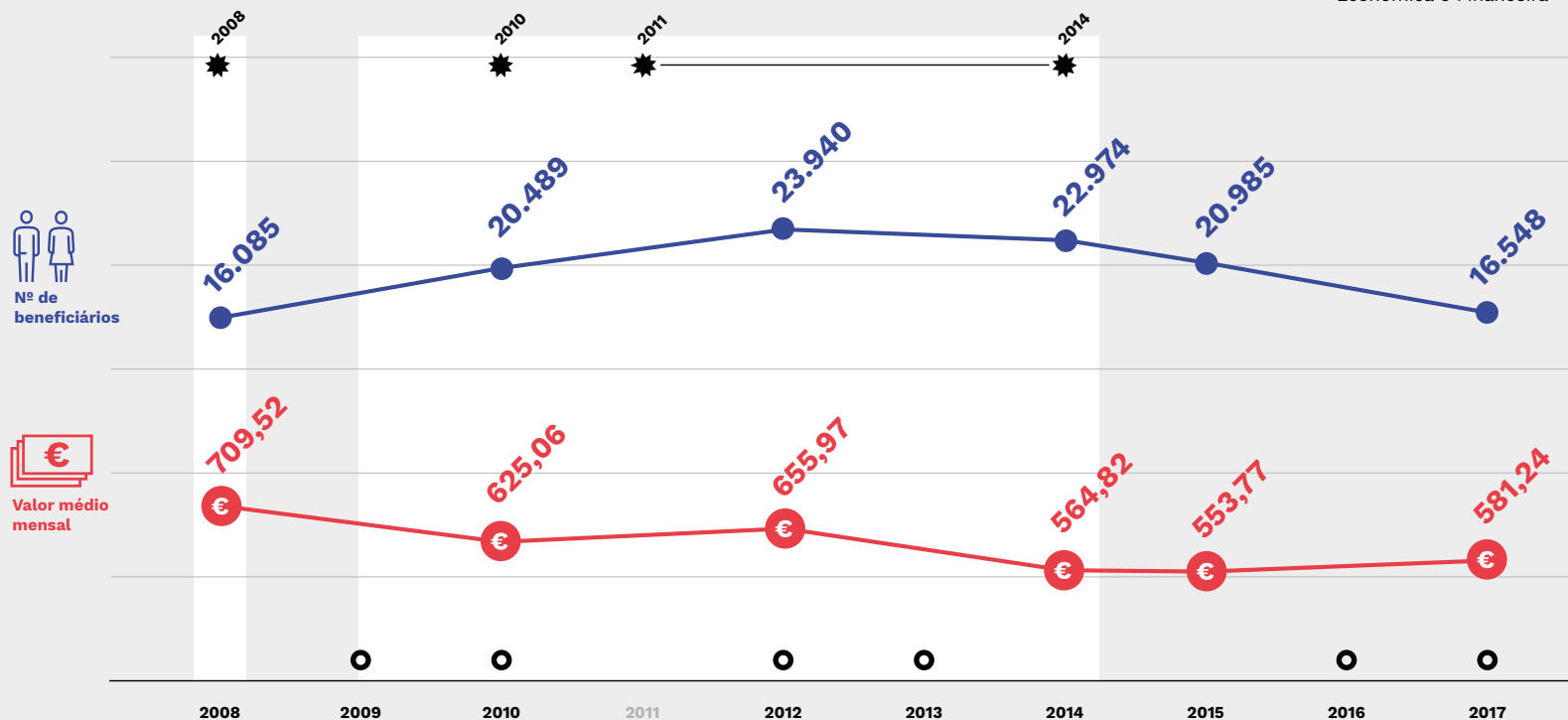
## Os desempregados inscritos nos Centros de Emprego que frequentam acções de formação



Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional; Cálculos OLCPL

As prestações de desemprego

**MARCOS HISTÓRICOS**  
 2008 Crise económico financeira mundial  
 2010 Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC 1, PEC 2 e PEC 3) que contemplaram medidas de reajuste no orçamento público  
 2011 – 2014 Programa de Assistência Económica e Financeira



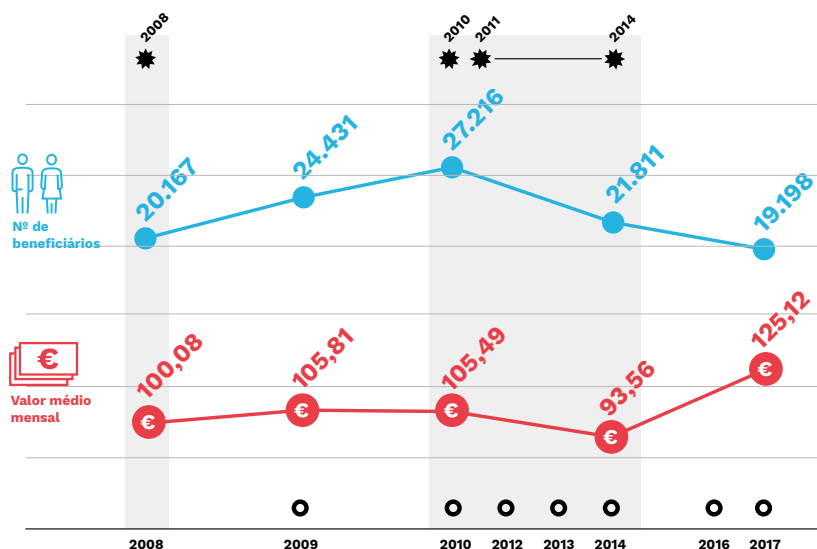
**Em 2017, no concelho de Lisboa as pessoas com prestação de desemprego recebiam em média menos 128,28€ do que em 2008 (709,52€).**

Fonte: Instituto da Segurança Social.

**ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

2009 DL n.º 68	2013 DL n.º 13
2010 DL n.º 72	2016 Lei n.º 34
2012 DL n.º 64	2016 Lei n.º 42
2012 DL n.º 65	2017 Lei n.º 114

### Quem recebe Rendimento Social de Inserção e quanto?



**MARCOS HISTÓRICOS**

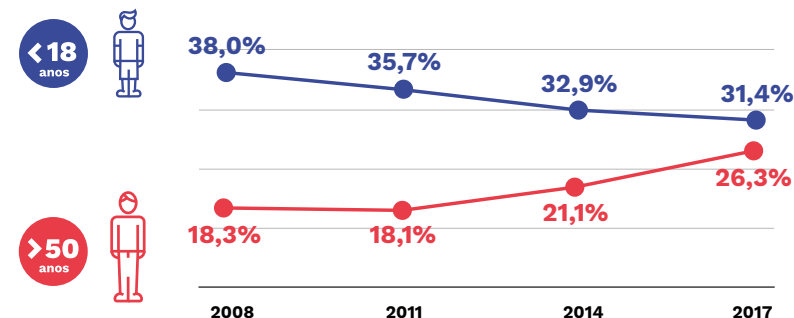
**2008** Crise económico financeira mundial  
**2010** Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC 1, PEC 2 e PEC 3) que contemplaram medidas de reajuste no orçamento público  
**2011 – 2014** Programa de Assistência Económica e Financeira

**ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**2010** - DL n.º 70/2010  
**2011** - Portaria n.º 249/2011  
**2012** - Portaria n.º 257/2012  
**2012** - DL n.º 133/2012  
**2013** - DL n.º 13/2013  
**2016** - DL n.º 1/2016  
**2017** - DL n.º 90/2017  
**2017** - Portaria n.º 253/2017

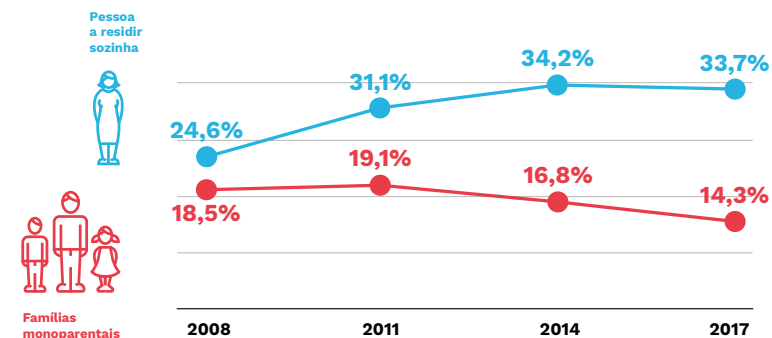
Em 2010, no concelho de Lisboa existiam 27.216 beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), o número mais elevado da última década, recebendo cada um em média 105,49€. As oscilações do número de beneficiários e do valor médio recebido nesta década foram muito influenciadas pelas diversas alterações legislativas implementadas.

Fonte: Instituto da Segurança Social.



Os menores de 18 anos são os principais beneficiários do Rendimento Social de Inserção, peso que tem vindo a diminuir gradualmente desde 2008, quando registava 38,0%, até atingir, em 2017, 31,4% do total de beneficiários. Em contrapartida, a representatividade das faixas etárias mais avançadas, maiores de 50 anos, aumentou na última década, correspondendo em 2017 a mais de um quarto dos beneficiários, 26,3%.

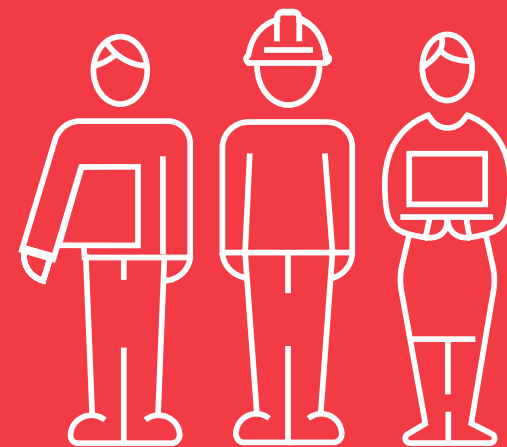
Fonte: Instituto da Segurança Social; Cálculos OLCPL



Na última década (2008-2017) o número de famílias monoparentais beneficiárias de Rendimento Social de Inserção diminuiu de 18,5% para 14,3%, por outro lado, as pessoas a residirem sozinhas aumentaram de 25% para cerca de um terço dos beneficiários (33,7%).

Fonte: Instituto da Segurança Social; Cálculos OLCPL

- Estará, actualmente, o papel do trabalho, instrumental e social, a exercer efectivamente a função de integração social?
- A qualidade do emprego gerado estará a criar novos trabalhadores pobres e/ou excluir potenciais trabalhadores?
- De que forma o Estado Social Português disponibiliza respostas para reverter a vulnerabilidade social, nomeadamente, ao nível do emprego?
- E o no futuro, o trabalho permitirá a redistribuição da riqueza e conseqüente redução das desigualdades sociais ou potenciará o contrário?



## Habitação

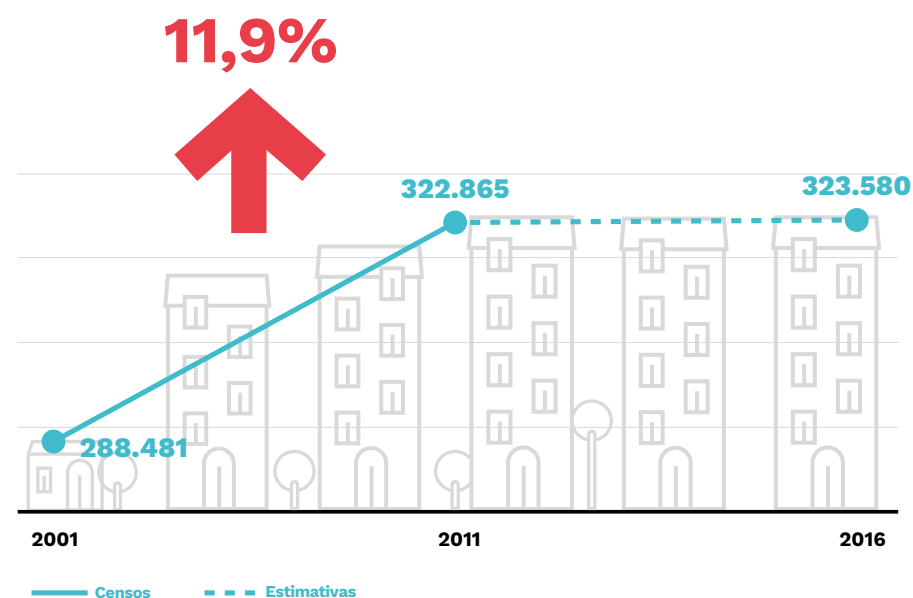
**As necessidades de habitação na cidade de Lisboa são crescentes e cada vez mais prementes.**

A combinação de diferentes factores, nomeadamente o processo de gentrificação e turistificação, a entrada em vigor do Novo Regime de Arrendamento Urbano, os investimentos estrangeiros motivados pelos benefícios fiscais, provocaram uma pressão imobiliária que se traduz em novas precariedades habitacionais a que se somam as vulnerabilidades históricas, como a degradação das habitações ou a sobrelotação.

Estas dinâmicas habitacionais, próprias de um contexto urbano e de factores conjunturais, têm exigido por parte do poder local particular atenção na definição de um conjunto de medidas que permitam cumprir o direito constitucional de acesso à habitação a todos os cidadãos residentes, numa nova abordagem às medidas de política pública da habitação. Para além do programa de habitação municipal de arrendamento social dirigido a famílias economicamente vulneráveis, emergem novas medidas que, por um lado, alargam o espectro populacional a que se destinam e, por outro, convocam novos enfoques e actores.

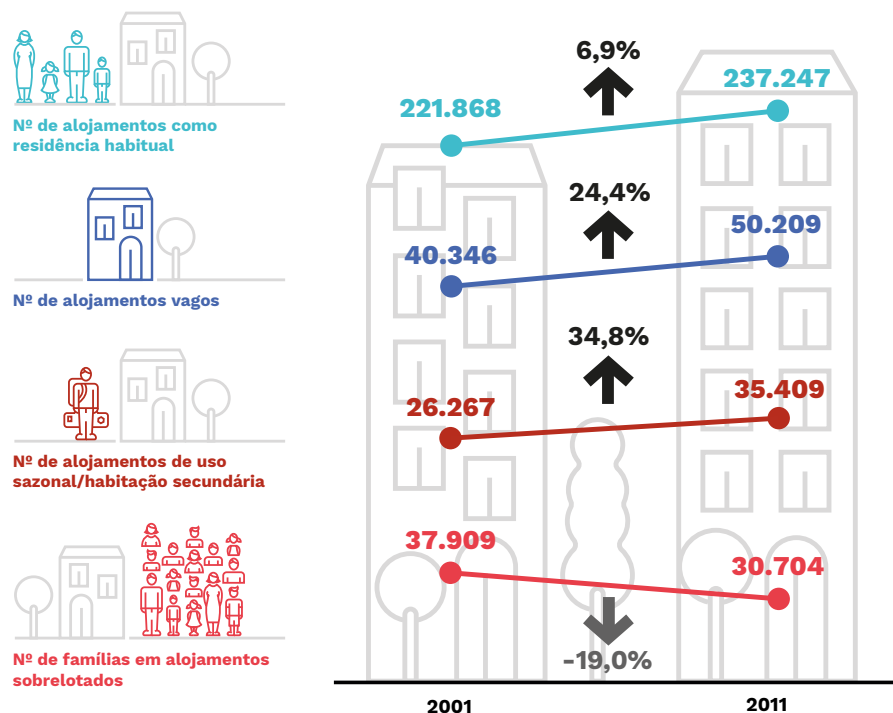
## Os alojamentos familiares em Lisboa no século XXI

**Nº de alojamentos familiares clássicos**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; e Estimativas anuais da população residente, 2016; Cálculos OLCPL

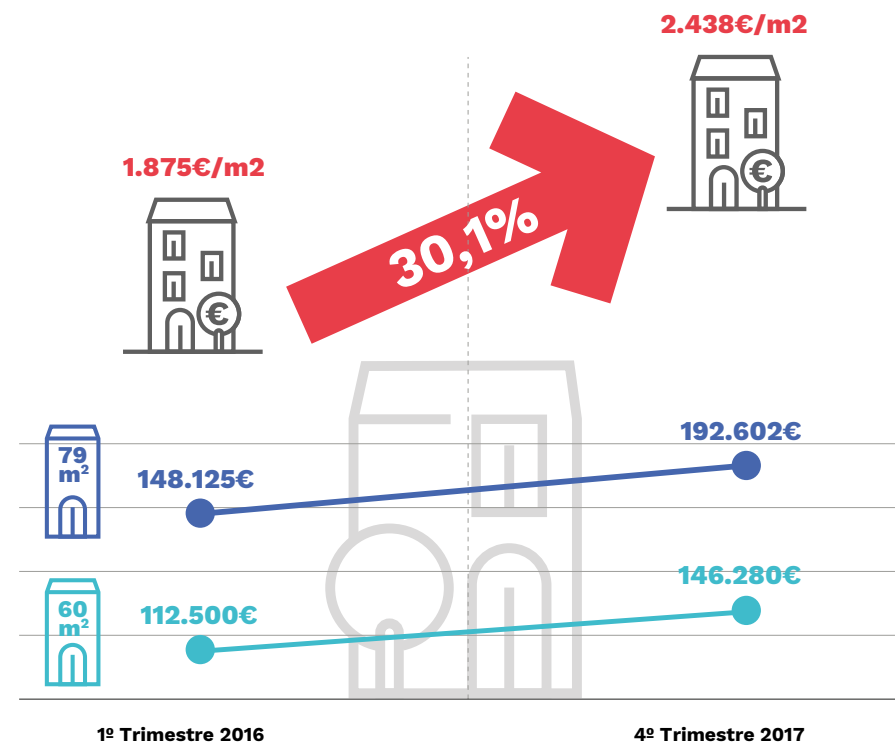
## Tipos de ocupação dos alojamentos familiares



Entre 2001 e 2011, o número de alojamentos familiares clássicos, apartamentos ou moradias em Lisboa, aumentou 11,9%, estimando-se que tenha estagnado desde então. Entre o mesmo período, o número de alojamentos que constituem residência habitual ou principal aumentou 6,9%, o número de alojamentos vagos 24,4% e os alojamentos de uso sazonal 34,8%. Tendência inversa verifica-se nos alojamentos sobrelotados que, numa década, tiveram uma redução de 19,0%.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011; e Estimativas anuais da população residente, 2016; Cálculos OLCPL

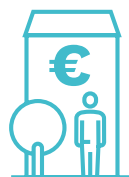
## O valor de venda dos alojamentos familiares



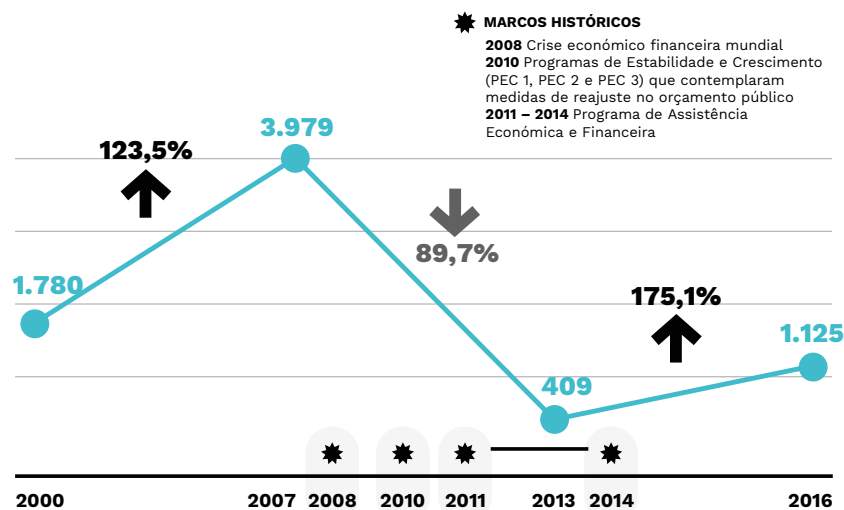
A habitação familiar mais frequente no concelho de Lisboa tem entre 60 e 79m<sup>2</sup> e o seu valor mediano de venda, no início de 2016, estava entre os 112.500€ (60m<sup>2</sup>) e os 148.125€ (79m<sup>2</sup>). Menos de dois anos depois, no 4º trimestre de 2017, o valor do m<sup>2</sup> aumenta 30,1% (de 1.875€ para 2.438€) e uma habitação com as mesmas áreas passa a valer entre 146.280€ e os 192.602€, respectivamente.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Cálculos OLCPL

## O recurso ao crédito para a habitação



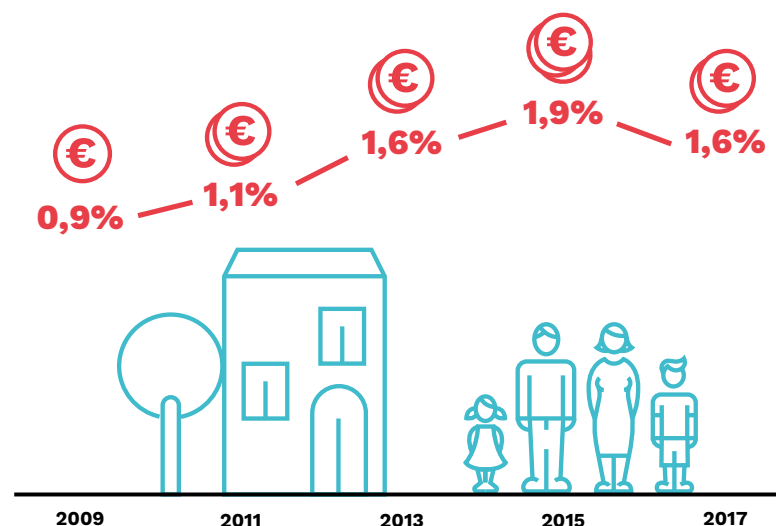
Crédito concebido para a habitação, em média, por habitante



Entre 2000 e 2007, no concelho de Lisboa, o valor do crédito concedido para a compra de habitação mais que duplicou, passando de 1.780€ para 3.979€, em média, por habitante.



Crédito concebido em incumprimento (%)



A partir de 2007, o valor médio de crédito concedido por habitante desce gradualmente até 2013 e, paralelamente, aumenta o crédito para a habitação em situação de incumprimento: **em 2009, do total de crédito concedido para a habitação, 0,9% estava em incumprimento, proporção que aumenta gradualmente até atingir 1,9% em 2015, diminuindo ligeiramente desde então, mas ainda longe dos valores de 2009.**

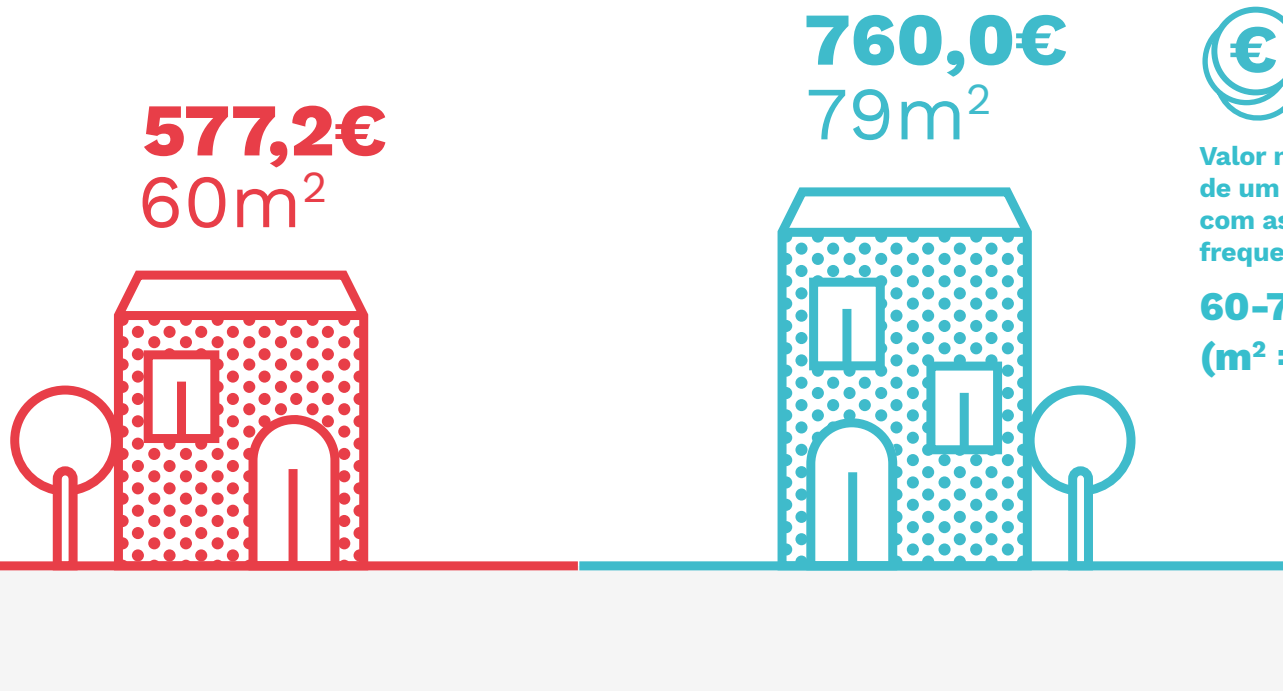
Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Portugal; Cálculos OLCPL

## O valor de arrendamento dos alojamentos familiares em 2017



**6.980**

Nº de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares



**Em 2017 foram realizados 6.980 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares.** A habitação familiar mais frequente no concelho de Lisboa tem entre 60 e 79m<sup>2</sup> e o seu valor mediano de arrendamento em 2017 corresponde a valores entre os 577,2€ e os 760,0€ (9,6€/m<sup>2</sup>).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Cálculos OLCPL



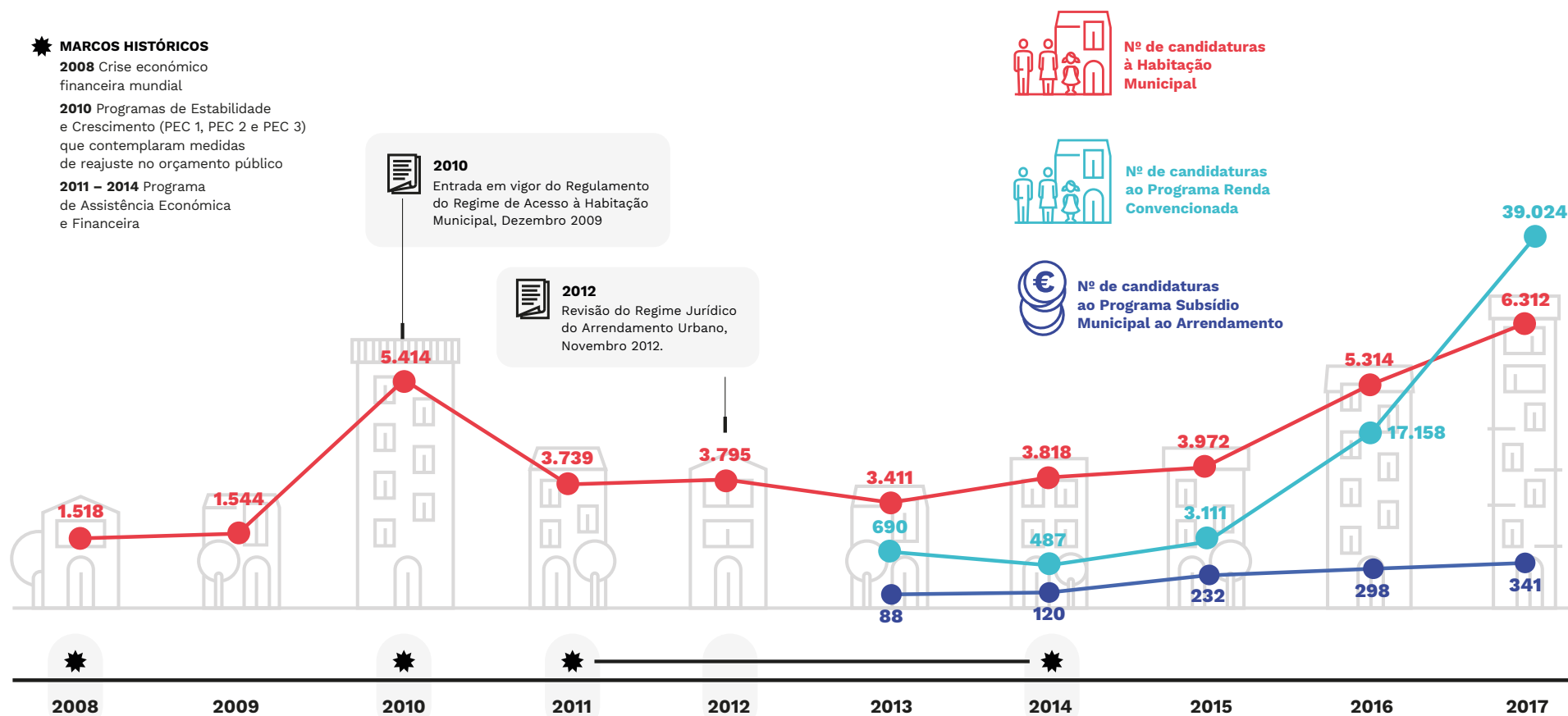
## Políticas municipais de habitação em Lisboa

### ★ MARCOS HISTÓRICOS

**2008** Crise económica financeira mundial

**2010** Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC 1, PEC 2 e PEC 3) que contemplaram medidas de reajuste no orçamento público

**2011 – 2014** Programa de Assistência Económica e Financeira

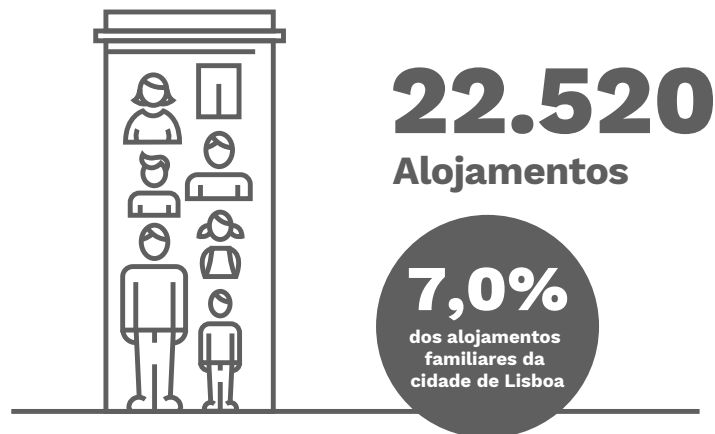


Nos anos seguintes, o número de pedidos de habitação municipal ultrapassou sempre os três milhares, sofrendo um aumento significativo a partir de 2015, chegando a 6.312 pedidos apresentados em 2017, ano com maior número de candidaturas apresentadas.

Em 2013 são criados os Programas municipais de habitação Renda Convencionada e Subsídio Municipal ao Arrendamento que registam uma adesão crescente.

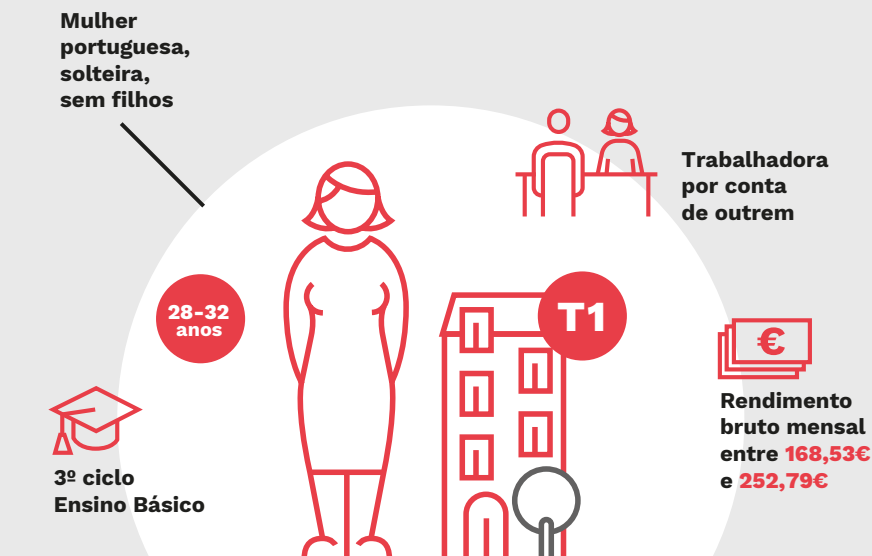
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

## A Habitação Municipal gerida pela GEBALIS - 2016

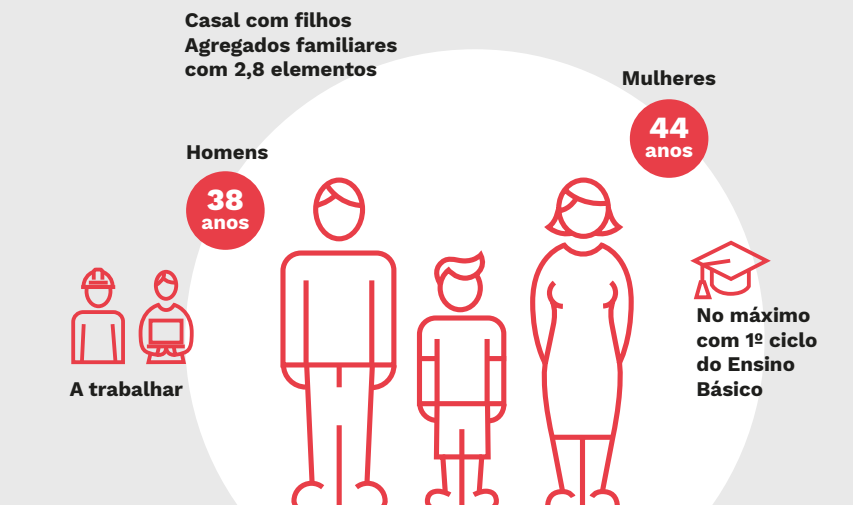


## Perfil do Candidato à Habitação Municipal - 2017

## Perfil do residente em Habitação Municipal gerida pela GEBALIS - 2012

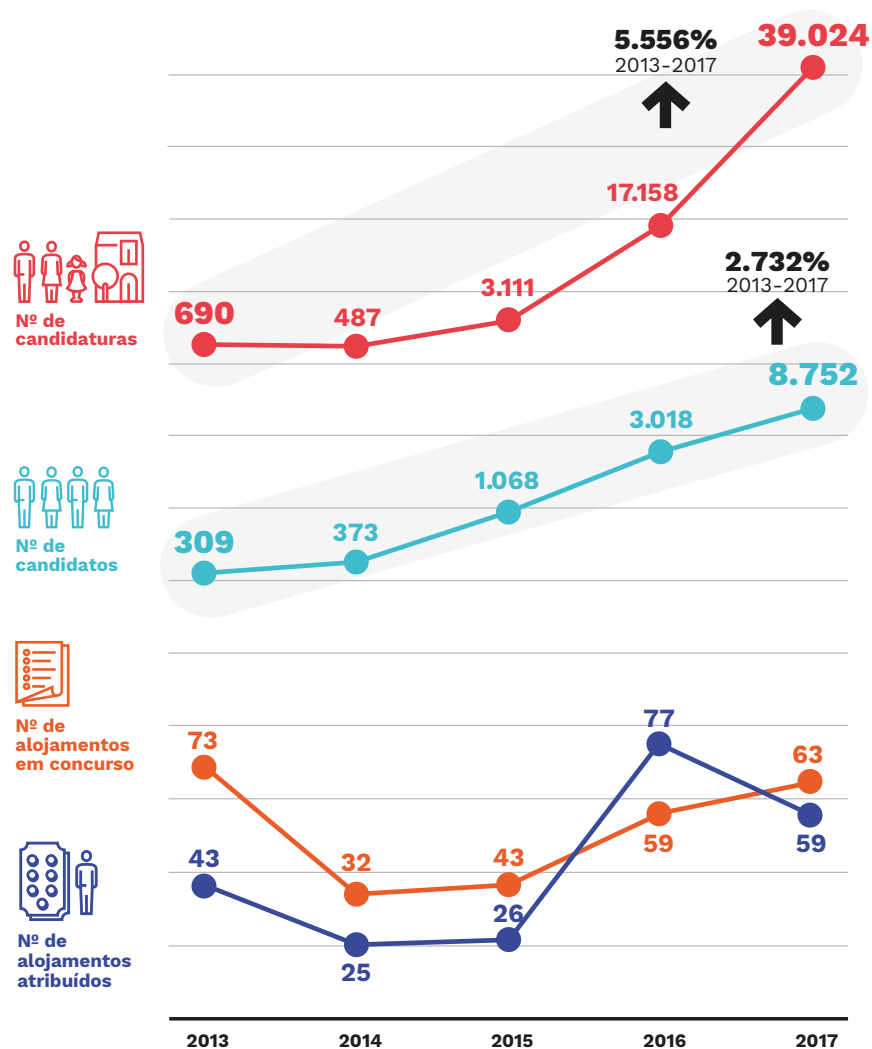


Fonte: Câmara Municipal de Lisboa.



Fonte: Santos, Marta (coord), 2015, Tão Perto e tão longe, GEBALIS, Lisboa.

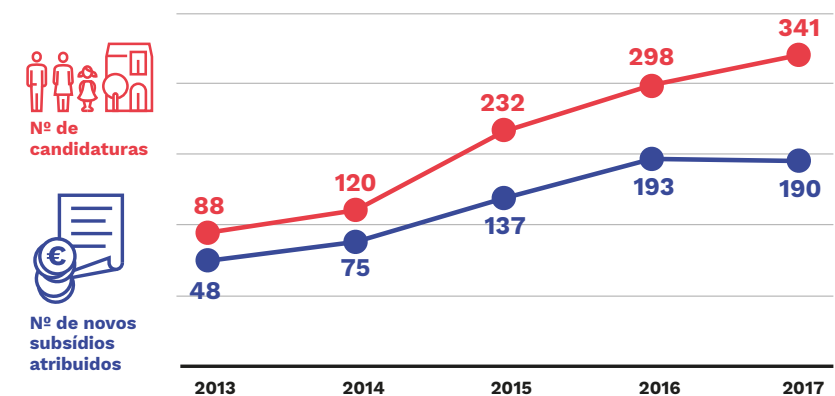
## Habitação de Renda Convencionada



O número de candidatos e de candidaturas a uma habitação de Renda Convencionada subiu exponencialmente entre 2013 e 2017: as 690 candidaturas apresentadas por 309 pessoas em 2013 passaram a 39.024 candidaturas submetidas por 8.752 pessoas em 2017.

Em 4 anos fora atribuídas 230 fracções, sendo que o valor médio das rendas oscilou neste período entre os 359€ em 2012 e os 302€ em 2017.

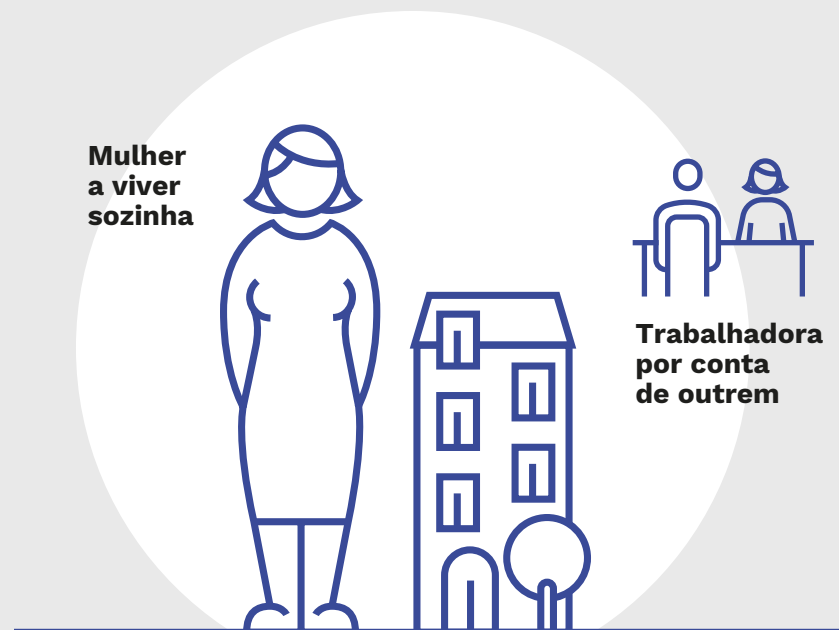
## Subsídio Municipal ao Arrendamento



O aumento do número de candidaturas acompanha o aumento do número de novos subsídios atribuídos, com excepção de 2017, ano cujo valor de atribuição de apoio a novos agregados sofreu uma ligeira redução.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa; Cálculos OLCPL.

## Perfil das candidaturas aprovadas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

- Que novas medidas são necessárias, de curto, médio e longo prazo, para garantir o direito constitucional de acesso à habitação e de prevenção de novos cenários de urgência social?
- Como acautelar que as novas medidas de política pública não criam respostas habitacionais que perpetuam a segregação territorial?
- Como o património imobiliário do Estado e das organizações com responsabilidades ao nível das políticas públicas e de intervenção no combate à pobreza pode contribuir para mitigar o problema de acesso à habitação digna?
- O desajuste entre salários e o valor actual das casas (venda ou arrendamento) está a fazer com que o direito à habitação, sobretudo nos grandes centros urbanos como Lisboa, esteja posto em causa?

- Sendo a habitação um aspecto basilar na vida das pessoas, qual o impacto a médio e longo prazo de esta não estar garantida, noutras áreas de vida dos indivíduos e das famílias, como a saúde, educação, emprego, mobilidade, entre outras?
- Qual o impacto das actuais dinâmicas habitacionais na futura composição demográfica da cidade?
- Tendo em contas as regras de acesso ao crédito à habitação e os valores praticados pelo mercado de arrendamento privado, qual será a evolução de regime de ocupação dos alojamentos na cidade?



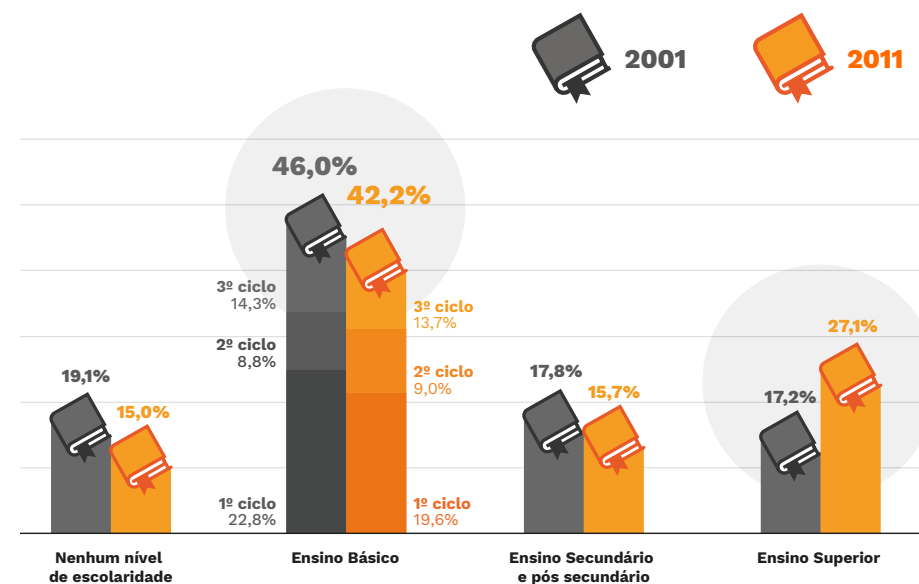
## Educação

Apesar das significativas melhorias e progressos que foram atingidos no que diz respeito à qualificação dos residentes em Lisboa, a urbanidade inerente a uma capital revela que também ao nível da educação, pelas assimetrias educacionais verificadas, existem várias Lisboas dentro de Lisboa, colocando-a numa situação distinta face ao resto do país e com vários desafios para enfrentar.

A contrapor a uma população a residir muito qualificada, ao nível do Ensino Superior, posicionando-a melhor face ao país e mais perto de atingir as metas estabelecidas na Estratégia Europa 2020, surge uma percentagem significativa da população em idade activa com baixas qualificações, ao nível do Ensino Básico, sendo no 3º ciclo e Ensino Secundário que os níveis de retenção e desistência se revelam mais elevados e superiores em relação a Portugal.

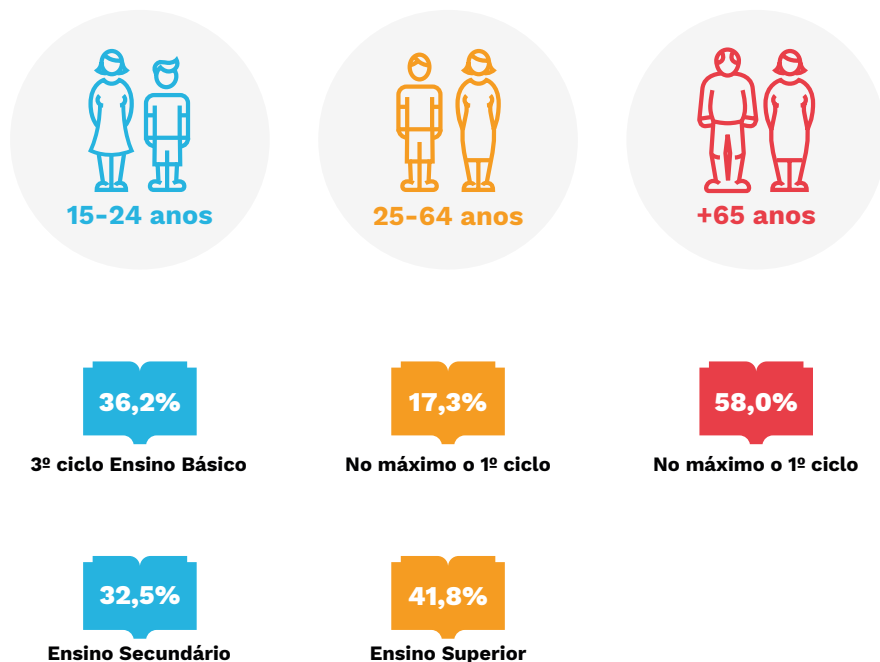
Adiciona-se ainda o facto de as respostas para o Ensino Pré-Escolar serem sobretudo de carácter privado e uma alta percentagem de crianças e alunos do Ensino Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico das escolas da rede pública em Lisboa beneficiarem de Acção Social Escolar, demonstrando os baixos rendimentos das suas famílias e respectiva situação de pobreza.

### Evolução da escolaridade dos lisboetas



Em dez anos, verifica-se o **reforço dos diplomas superiores**, mais 51.391 diplomados em 2011, o que equivale a 27% da população, **sendo a escolaridade mais frequente o Ensino Básico, 42% dos residentes**, menos 4% que em 2001.

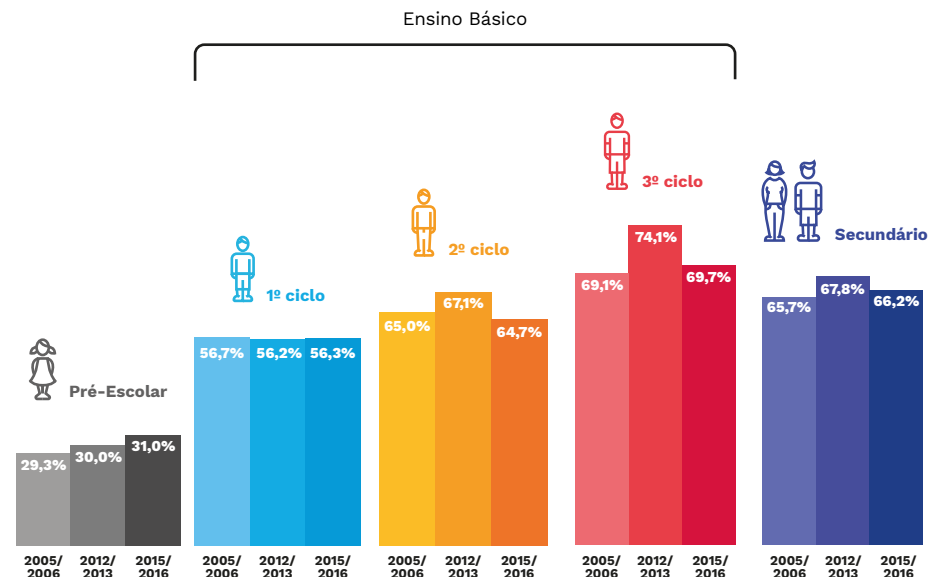
### A escolaridade dos lisboetas



Em 2011, a escolaridade mais frequente das pessoas entre os 25 e os 64 anos é o Ensino Superior, com 42%, contudo, 17% tem no máximo o 1º ciclo do Ensino Básico. Por sua vez, a maioria das pessoas com mais de 65 anos, têm, no máximo, o 1º ciclo do Ensino Básico, 58%.

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 2011; Cálculos OLCPL

### Alunos matriculados em escolas públicas

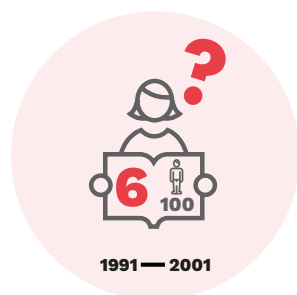
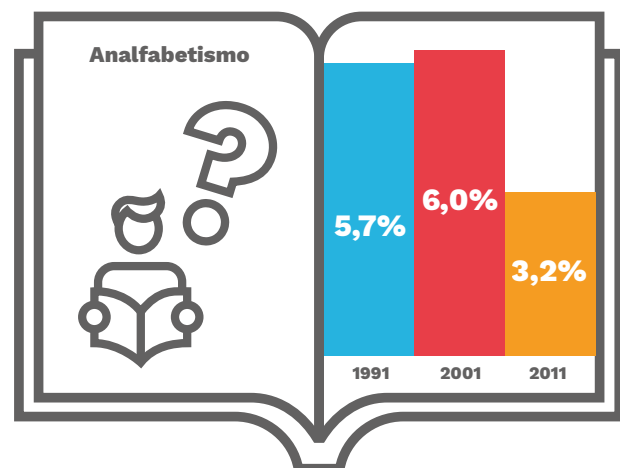


Ao longo dos últimos 10 anos, é no Ensino Pré-Escolar que menos crianças frequentam equipamentos públicos: menos de 1/3, atingindo 29% em 2005/2006. **Contrariamente, no Ensino Básico e Secundário a maioria encontra-se a frequentar escolas públicas. Com exceção para o Pré-Escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico, é no ano lectivo 2012/2013 que a proporção de alunos matriculados nos estabelecimentos públicos é maior.**

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL



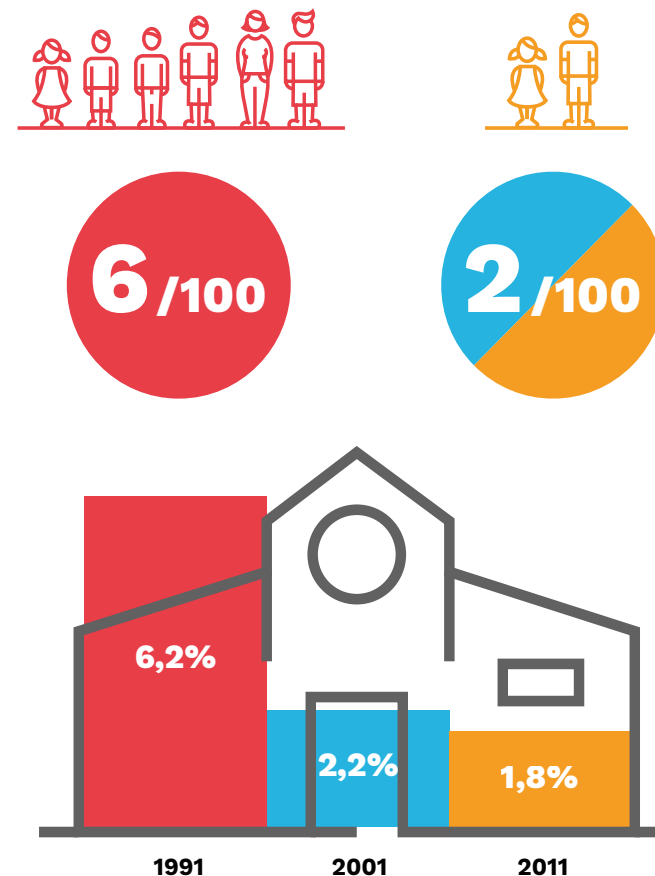
### Do analfabetismo ao sucesso escolar



**O número de pessoas que não sabe ler nem escrever decresceu na última década significativamente.** Entre 1991 e 2001, o número de pessoas que não sabia ler nem escrever correspondia a **6 em cada 100 pessoas**. **Esta proporção diminuiu para metade em 2011: em cada 100 pessoas 3 não sabiam ler nem escrever.**

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 1991, 2001 e 2011; Cálculos OLCPL

### O abandono escolar



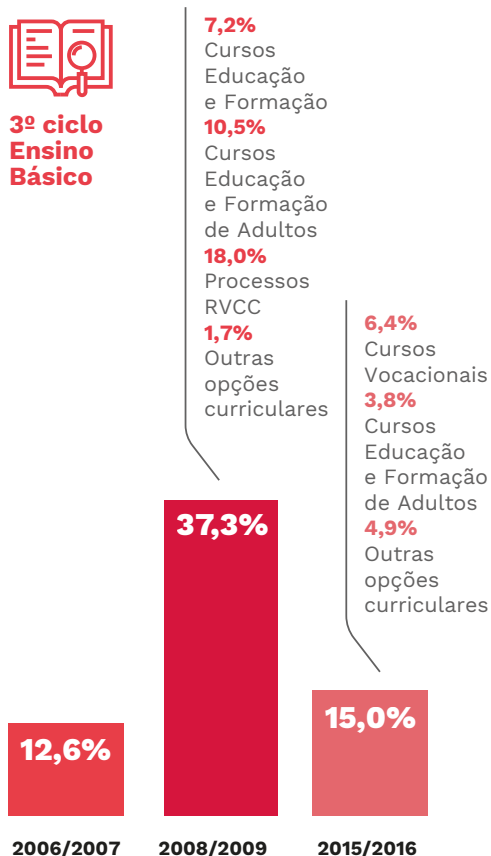
**O número de jovens entre os 10 e os 15 anos que não se encontra a estudar e não concluiu a escolaridade obrigatória, tem vindo a diminuir gradualmente.** Nestas condições estavam, em 1991, **6 em cada 100 jovens**, número que **decreceu para 2 em cada 100**, em 2001, e que **se mantém em 2011**.

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação, Censos 1991, 2001 e 2011; Cálculos OLCPL  
\* desde 2009 a escolaridade obrigatória passou a 12 anos e idade escolar máximo para os 18 anos.

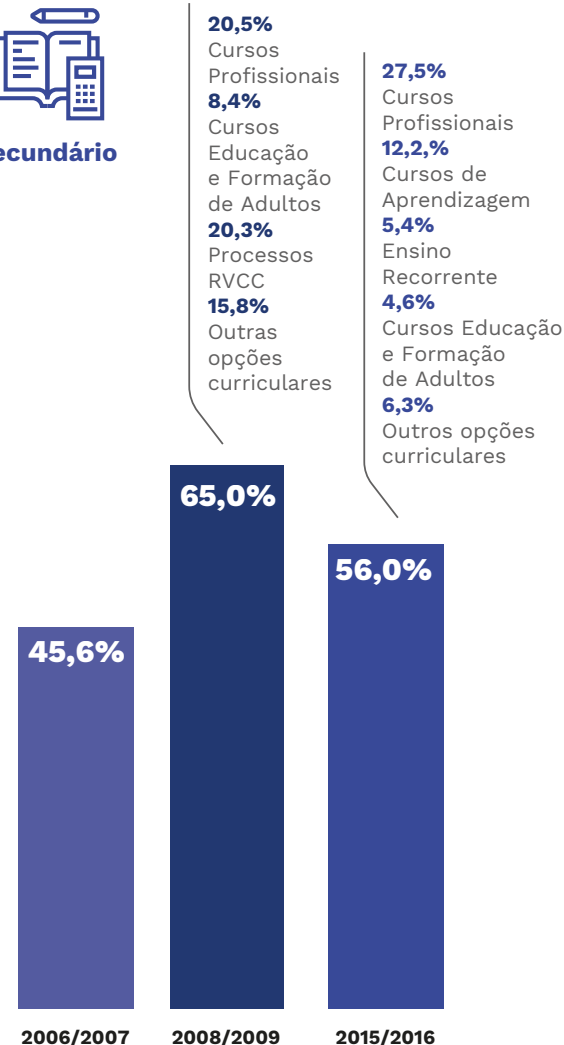
**Os percursos educativos alternativos ao ensino regular**



**3º ciclo Ensino Básico**



**Secundário**

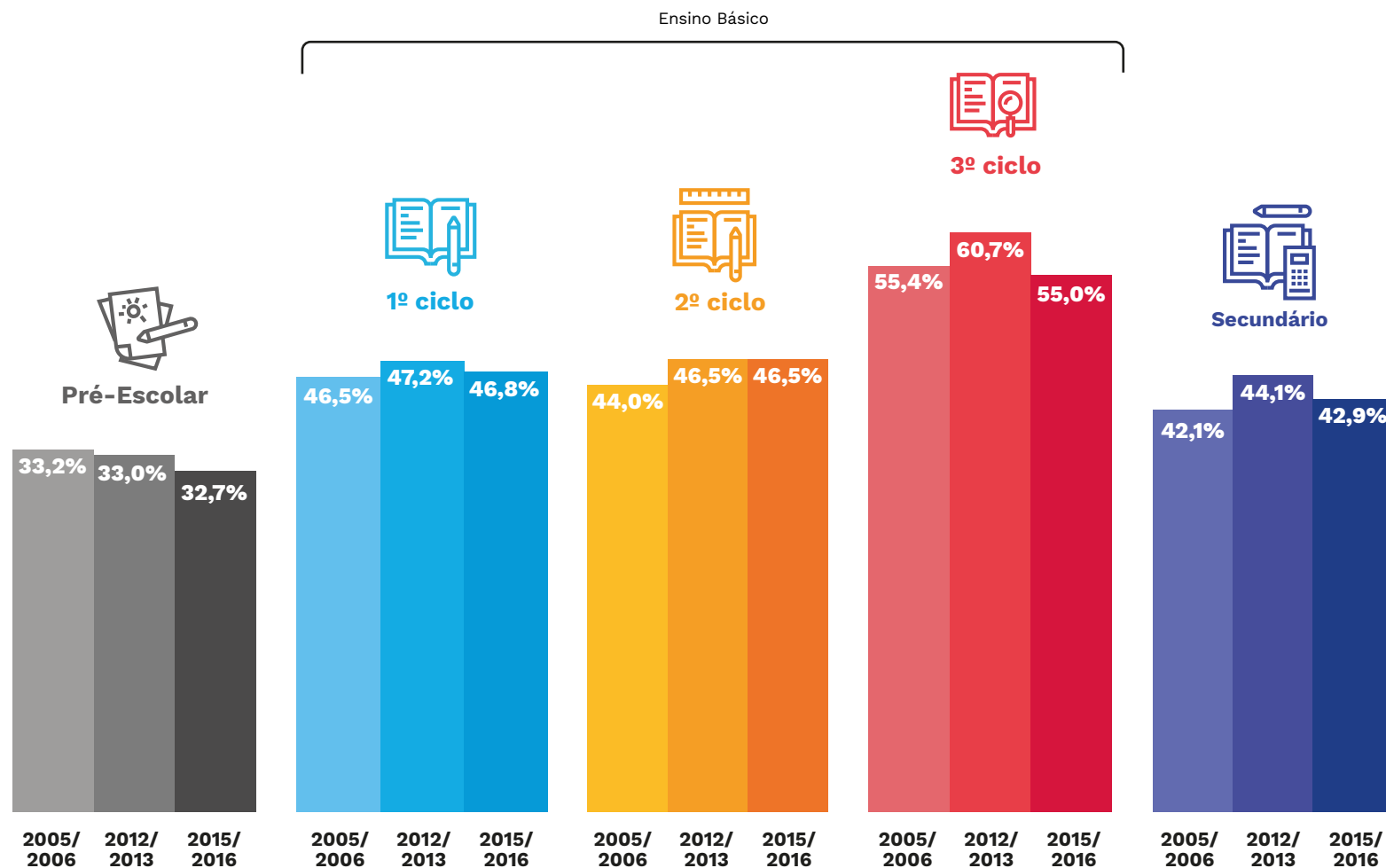


Se no 1º ciclo do Ensino Básico, o ensino regular é a escolha generalizada, à medida que avançamos na trajetória escolar outros percursos educativos são uma opção cada vez mais escolhida. **No ano lectivo 2008-2009, fruto do aumento da**

**oferta e da procura de formação de adultos, os percursos educativos alternativos são a principal escolha dos alunos do Ensino Secundário.**

Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

Os equipamentos de ensino da rede pública



Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

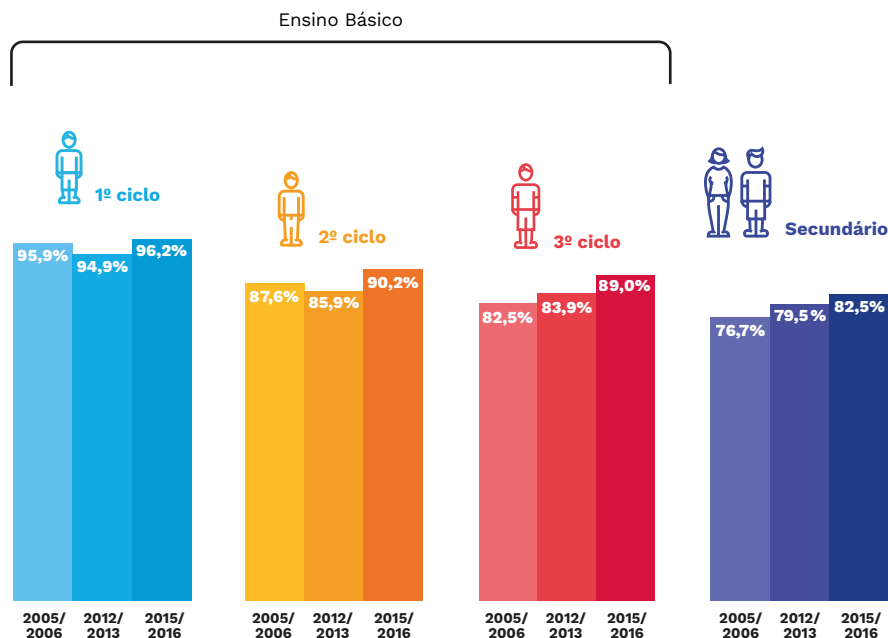
Nos últimos 10 anos, **é no ensino Pré-Escolar que existem menos equipamentos públicos, menos de 1/3**. Ainda que a proporção aumente nos restantes níveis de ensino, **apenas no 3º ciclo do Ensino Básico a oferta de escolas públicas é superior**

**à oferta privada, atingindo no ano lectivo 2012/2013, 61%**. Contudo, essa proporção tem decaído gradualmente desde então, registando, em 2015/2016, 54%, valor próximo do registado uma década antes, 53% em 2006/2007.

## Sucesso escolar



Taxa de transição e conclusão



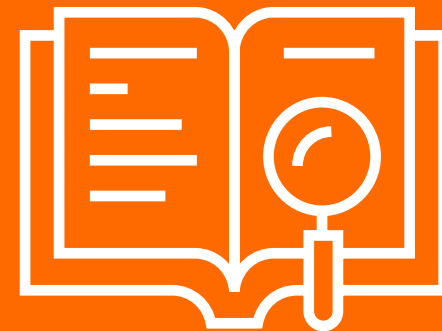
**As taxas do sucesso escolar – transição e conclusão – da última década registam melhorias em todos os níveis de ensino, sendo o Ensino Secundário aquele que regista o maior aumento. Se em 2006/2007 em cada 100 alunos 77 transitaram, dez anos depois, este número aumenta para 83.**

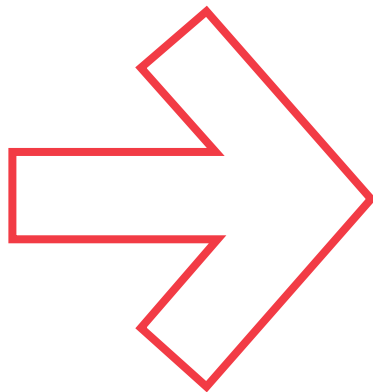
Fonte: Direcção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência, Ministério da Educação e Ciência; Cálculos OLCPL

- A melhoria dos níveis educacionais será, por si só, responsável por quebrar ciclos geracionais de pobreza funcionando, assim, como elevador social e promovendo a redução de desigualdades?
- De que modo a criação de respostas educativas direccionadas, quer para um território específico, quer para um grupo alvo, contribuem efectivamente para a inclusão e o sucesso escolar ou, ao invés, estão a ser promotores de segregação social?
- Até que ponto a Accção Social Escolar, com os critérios de acesso actuais, responde efectivamente às vulnerabilidades de todas as famílias com menores a cargo, exercendo, assim, o seu papel de política pública inclusiva?

- Como a falta de respostas de equipamentos públicos no Ensino Pré-Escolar em Lisboa tem repercussões, por um lado, a nível financeiro das famílias, podendo-as colocar numa maior fragilidade social e, por outro, a nível demográfico, por ser um dos condicionantes para fixar e atrair famílias jovens numa cidade envelhecida e que precisa de rejuvenescer?
- Que estratégias preventivas se deverão adoptar para promover o sucesso escolar, sobretudo, junto dos alunos do 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário, onde se concentram as taxas mais elevadas de retenção em Lisboa?

- Constatando-se que mais educação equivale a melhores salários e a uma mais fácil integração laboral em caso de situação de desemprego, como Lisboa vai estimular junto da população activa com baixas qualificações os modelos de educação de adultos?
- Que benefícios a descentralização de competências na área da educação, passando responsabilidades do Estado central para o local, trará aos vários desafios que a cidade enfrenta em matéria de educação?





Cada uma das infografias contém ainda uma análise mais aprofundada e lança um conjunto de questões que pretendem fomentar um debate informado servindo de mote à discussão.

Para ver a análise de cada uma das infografias aceda a:  
**[observatorio-lisboa.eapn.pt/infografias/](https://observatorio-lisboa.eapn.pt/infografias/)**

# Retrato de Lisboa

Infografias 2018

Para mais informações:

**Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa**

Avenida de Berna, nº 11, 2º andar

1050-036 Lisboa

 +351 217 986 449

 [observatoriopobreza@eapn.pt](mailto:observatoriopobreza@eapn.pt)

 Observatório Pobreza Lisboa



observatório

luta contra a pobreza  
na cidade de Lisboa

Uma iniciativa:



Apoio:

